



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL - 2019
MANAUS PREVIDÊNCIA

Atualmente, a Manaus Previdência possui **225** ações cadastradas em seu nome na Justiça Comum Estadual (1º e 2º graus), **2** na Justiça do Trabalho e **2** na Justiça Federal, totalizando, portanto, **229** ações judiciais em que a autarquia municipal é parte ou litisconsorte.

DISTRIBUIÇÃO PROCESSOS	
VARA DA FAZENDA PÚBLICA	183
1ª Vara da Fazenda Pública	10
2ª Vara da Fazenda Pública	12
3ª Vara da Fazenda Pública	7
4ª Vara da Fazenda Pública	89
5ª Vara da Fazenda Pública	65
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	16
VARA CÍVEL	1
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	2
VARA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL/MUNICIPAL	15
VARA DE FAMÍLIA	2
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES	1
JUSTIÇA DO TRABALHO	2
JUSTIÇA FEDERAL	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJAM)	5
TOTAL:	229

No decorrer do ano de 2019, a Manaus Previdência foi demandada em **31** novos processos, conforme quadro abaixo:



Planilha Processos Judiciais – 2019

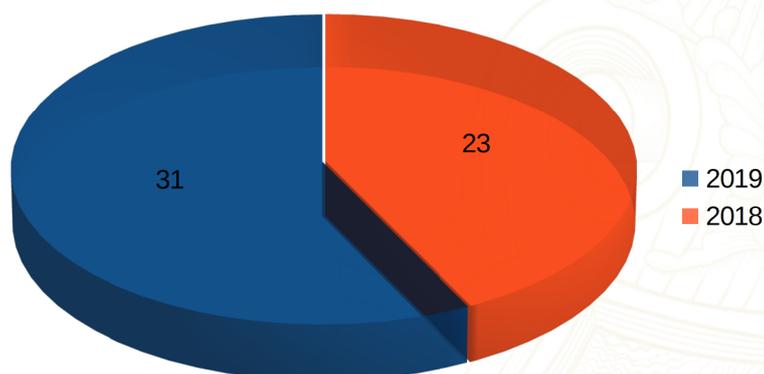
OBJETO DA AÇÃO	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	5
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	-	-	1	1	2	-	-	1	1	1	-	-	7
REVISÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	2	-	5
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	3
REVISÃO DE PENSÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO PENSÃO	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
IMPEDIR DESCONTO - TETO (ART.37, XI, CF)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
VERBAS TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VAGA - ED. GARAGEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONTRATOS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
CONCESSÃO/CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
COBRANÇA DE PGTO RETROATIVO	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	1	4
SUSPENSÃO PGTO BENEFÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RESTITUIÇÃO DE VALORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EMISSÃO DE CTC/DECLARAÇÃO/RDA/CÔMPUTO TEMPO CONTRIBUIÇÃO	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CONCESSÃO ADIC. TEMPO SERVIÇO – CONCURSO MANAUSPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
DESCONTO URV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
JUSTIFICAÇÃO UNIÃO ESTÁVEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INFORMAÇÃO/RETIFICAÇÃO DADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	0	2	2	1	3	1	5	4	5	1	3	4	31

Em comparação ao número de processos judiciais distribuídos no ano de 2018, no mesmo período, observa-se o aumento de demandas propostas contra a autarquia, senão vejamos:

Planilha Processos Judiciais - 2018

OBJETO DA AÇÃO	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	4
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
REVISÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	-	3	-	1	2	-	-	6
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
REVISÃO DE PENSÃO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO PENSÃO	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	1	4
IMPEDIR DESCONTO - TETO (ART.37, XI, CF)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
VERBAS TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
VAGA - ED. GARAGEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO/CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO GRAT. ESPECIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
COBRANÇA DE PGTO RETROATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SUSPENSÃO PGTO BENEFÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RESTITUIÇÃO DE VALORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EMISSÃO DE CTC/DECLARAÇÃO/RDA	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
CONCURSO MANAUSPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
DESCONTO URV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO LICENÇA MATERNIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
JUSTIFICAÇÃO UNIÃO ESTÁVEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INFORMAÇÃO/RETIFICAÇÃO DADOS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	0	3	0	2	3	0	2	3	3	3	3	1	23

Vejamos o gráfico comparativo:



Como destaque, podemos citar o maior volume de ações relacionadas à prorrogação/restabelecimento/revisão do benefício de pensão por morte, em relação à idade do beneficiário (até 21 anos de idade). Em 2019, foram distribuídas 7 ações deste tipo contra a Manaus Previdência. Em todas as ações, discute-se a impossibilidade de limitar o pagamento do benefício somente até os 18 anos de idade do beneficiário, considerando que por força do Art.5º da Lei nº 9.717/98, estipula-se que não poderão ser concedidos benefícios distintos dos previstos pelo Regime Geral de Previdência Social, que por sua vez, prevê que a idade mínima é de 21 anos para o filho ser considerado dependente.

Em razão disto e, visando adotar providências para diminuir o passivo judicial e a sucumbência da autarquia, deliberou-se pela adequação da legislação previdenciária municipal, para fins de estabelecer a idade de 21 anos para que o(a) filho(a) seja considerado dependente, o que foi levado a efeito por meio da Lei nº 2.561, de 20/12/2019.

Em relação aos pagamentos efetuados pela Manaus Previdência decorrentes de condenações em processos judiciais, em 2019 a autarquia recebeu 3 ordens para pagamento de





Requisição de Pequeno Valor (RPV)¹ e 0 ordens para pagamento por meio de precatório, conforme quadro abaixo.

Insta destacar que o procedimento para pagamento das ordens de RPV e Precatório obedece o disposto no Art.100 da CF/88, além do Art.87 do ADCT, Lei Municipal nº 716, de 04 de novembro de 2003 (que define o que é obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública Municipal) e Resolução nº 003/2014 – TJ/AM.

Abaixo, consta quadro indicando as ordens de pagamento recebidas por esta autarquia, de modo que, dependendo da data do recebimento e da modalidade da ordem, a autarquia segue procedimento diferenciado. Para RPV dispõe de 60 dias para pagamento. Por outro lado, para efetivar o pagamento de Precatório, a autarquia pode fazê-lo até o final do exercício seguinte quando a ordem for apresentada até 1º de julho (Art.100, §5º, CF/88).

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS - 2019		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	3	R\$17.952,47
PRECATÓRIO	0	0
VALOR TOTAL:		R\$17.952,47

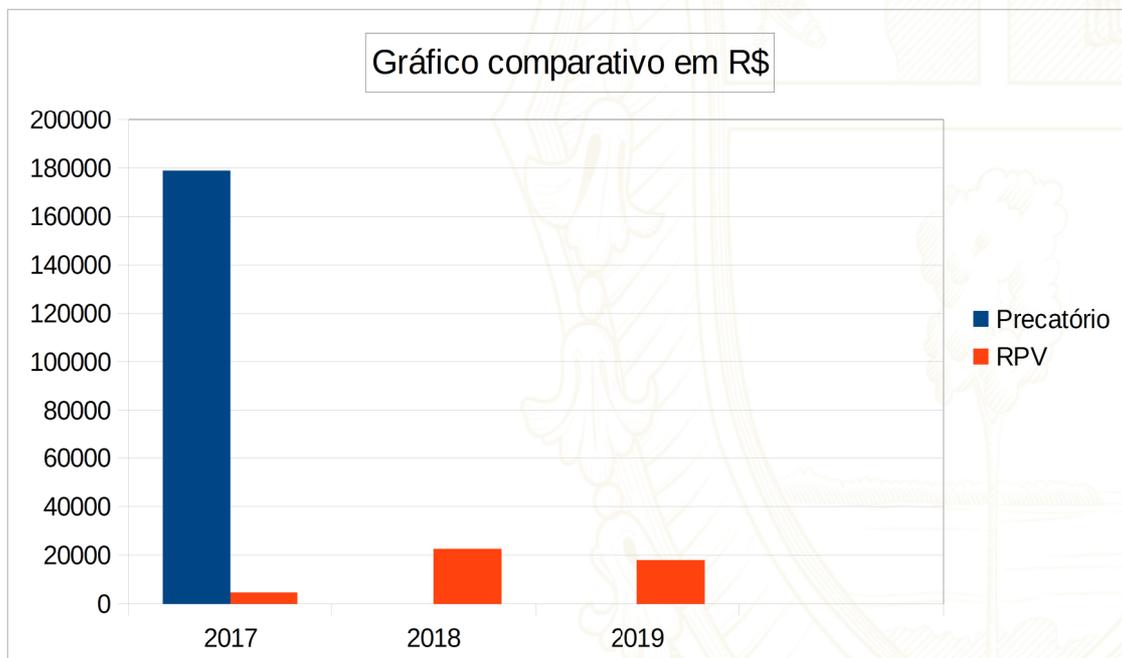
Em comparação ao ano de 2018, pode-se observar que os valores oriundos de pagamentos decorrentes de condenação judicial em 2019 foram menores, considerando o quadro abaixo:

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS - 2018		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	4	R\$22.557,80
PRECATÓRIO	0	0
VALOR TOTAL:		R\$22.557,80

¹ **Processos:** 0633942-27.2016.8.04.0001; 0603179-43.2016.8.04.0001.



Vejamos os gráficos comparativos:





Em relação aos processos em que a Manaus Previdência é demandada, até o final do ano de 2019, a autarquia provisionou (registro contábil) um passivo judicial de **R\$14.482.501,77 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e um reais e setenta e sete centavos)**.

Em relação aos prazos judiciais, é importante esclarecer que como Fazenda Pública, após a vigência do Novo Código de Processo Civil, esta autarquia previdenciária passou a ter a prerrogativa de prazo em dobro para todas as suas manifestações judiciais.

Destaque-se, ainda, que o controle de prazos judiciais em que a Manaus Previdência é parte, é feito exclusivamente por meio da Procuradoria Jurídica, que por sua vez, conta com o auxílio de empresas contratadas (ACR Recortes), por meio do qual recebe diariamente e-mails constando a movimentação de processos bem como publicações nos diários oficiais.

Além disso, a alimentação da planilha de controle de prazos judiciais é feita conforme a disponibilização das decisões judiciais através do sistema Advise Liber (OAB) bem como através da citação/intimação eletrônica realizada por meio do próprio site do TJ/AM, conforme obrigatoriedade estabelecida pelo Art.246, §§1º e 2º do CPC/15.

Em relação às decisões judiciais, em 2019, foram contabilizadas **65** decisões judiciais, entre sentenças e acórdãos, em diversos tribunais como TJAM, TRT 11ª Região, TRF, STJ e STF, senão vejamos:

Resultado em Relação à Manaus Previdência	2019		2018	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Extinção sem resolução de mérito	-	-	-	-
Procedentes	17	26%	30	41%
Improcedentes	36	55%	30	41%
Parcialmente Procedentes	6	9%	10	14%
Procedente Manausprev (polo ativo)	4	6%	2	3%
Improcedente Manausprev (polo ativo)	2	3%	1	1%
Total	65	-	73	-





Dentre as 65 decisões, destacam-se tanto os processos em que a Manaus Previdência demandou (participando do polo ativo da ação) quanto os processos em que foi demandada (participando do polo passivo da ação).

Desse quantitativo, 17 decisões (que representa 26% do total) referem-se a ações que foram julgadas totalmente procedentes, ou seja, totalmente desfavoráveis à Manaus Previdência. 6 decisões (que representa 9% do total) foram julgadas parcialmente procedentes, isto é, parcialmente desfavoráveis a esta autarquia previdenciária. 36 decisões (que representa 55% do total) foram julgadas totalmente improcedentes, isto é, totalmente favoráveis à Manaus Previdência. De 6 ações judiciais interpostas pela Manaus Previdência, 4 (6%) foram julgadas procedentes e 2 (3%) improcedentes.

Manaus, 20 de fevereiro de 2020.

Assinado Digitalmente

RAFAEL DA CRUZ LAURIA
Procurador Chefe – Manaus Previdência

Assinado Digitalmente

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON
Diretora Presidente – Manaus Previdência

